

# Políticas de reforço escolar em municípios paulistas: mapeamento e caracterização<sup>1</sup>

*Estudo vinculado ao Projeto Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos.*

**Nome do aluno:** Jéssica Munhoz Araújo

**Programa:** PIC/FEUSP

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Zákia Lian Sousa

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivos mapear e caracterizar políticas educacionais de reforço escolar em municípios paulistas pertencentes à amostra do Projeto Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos. Inicia-se o Relatório com um breve histórico a respeito da abordagem dos estudos de recuperação na legislação brasileira e apresenta-se, em seguida, iniciativas existentes em alguns municípios no sentido de auxiliar o aprendizado dos alunos por meio do reforço escolar.

Feito isso, busca-se caracterizar as iniciativas desenvolvidas nos municípios, procurando mostrar suas semelhanças, diferenças e a ênfase dada pelos mesmos nas ações executadas. Finalizando, apresenta-se uma breve análise das iniciativas, com base em referências bibliográficas consultadas no decorrer do estudo.

**Palavras-chave:** reforço escolar; recuperação; acompanhamento de aprendizagem; desempenho educacional.

---

<sup>1</sup> A mudança no título do projeto está justificada no item Detalhamento dos progressos.

## 1. Apresentação

Seguem-se informações sucintas sobre a pesquisa do Orientador, intitulada **Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos**, que deu origem ao estudo desenvolvido no âmbito da Iniciação Científica, objeto do presente relatório.

### Resumo

A partir de 2005 o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que toma como referência o desempenho dos alunos (nível médio da proficiência dos alunos da escola ou rede de ensino, obtidas na Prova Brasil) e o valor médio das taxas de aprovação da escola ou rede, obtidas do Censo Escolar.

O objetivo geral da pesquisa Bons Resultados Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos, ao qual este estudo está articulado, é identificar iniciativas de políticas educacionais, de municípios do estado de São Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul às quais possam ser atribuídas contribuições para alterar positivamente este índice.

### Problema e Justificativa

As transformações ocorridas na educação brasileira, dentre as quais podemos citar a ampliação do Ensino Fundamental, a demanda de maiores oportunidades no Ensino Médio e, posteriormente, no Ensino Superior necessitam da participação de todos. Ao final do século XX, com a extensão do Ensino Fundamental à população, coloca-se para a educação brasileira o desafio da qualidade da educação que deve apoiar-se em, pelo menos, um padrão mínimo que conduza a um bom desempenho no ensino.

Uma das referências utilizadas, no Brasil, para mensurar a qualidade do ensino é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB<sup>2</sup>). Criado pelo Instituto

---

<sup>2</sup> O IDEB foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação. Para informações mais detalhadas sobre o IDEB consultar

Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Ideb é calculado a partir dos resultados da Prova Brasil e dados do Censo Escolar, relativos à aprovação, constituindo-se em referência para a definição de metas a serem alcançadas pelas redes públicas de ensino até 2021.

O monitoramento dos resultados pode contribuir para conduzir as políticas públicas em favor da melhoria da qualidade da educação. Considerando o Ideb um indicador válido, o projeto Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos busca:

- identificar o peso de variáveis de contexto na melhoria dos Ideb dos municípios escolhidos;
- compreender iniciativas de políticas educacionais que tenham evidenciado potencial de melhoria do Ideb, no que se refere à variável desempenho dos alunos;
- analisar o conjunto de iniciativas identificadas buscando apreender características comuns que possam subsidiar a formulação de políticas para a educação básica.

## **2. Informações sobre o desenvolvimento do estudo**

A partir da pesquisa acima mencionada e com base nos relatórios de iniciativas de municípios dos estados de São Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul, analisadas pela referida pesquisa, foi possível identificar iniciativas de reforço escolar implantadas nos municípios paulistas de São José dos Campos e Cajuru, com o intuito de maximização do aproveitamento acadêmico de alunos, o que motivou o estudo da temática do reforço escolar e suas implicações, no âmbito deste estudo.

### **2.1 Detalhamento dos Progressos**

Conforme citado, este estudo tinha por escopo inicial o estudo das políticas educacionais de reforço escolar em dois municípios paulistas, pertencentes à

---

<http://www.inep.gov.br>. Ver Fernandes 2007.

amostra da pesquisa “Bons Resultados no Ideb: estudo Exploratório de Fatores Explicativos”, a saber: Cajuru e São José dos Campos.

No entanto, devido à riqueza de informações coletadas, optou-se por fazer uma análise das iniciativas em desenvolvimento em todos os municípios do estado de São Paulo abrangidos na referida pesquisa em que se identificou a organização de atividades de reforço para os alunos que apresentam dificuldades de acompanhamento escolar.<sup>3</sup>

A partir da identificação dos municípios que desenvolviam, à época da pesquisa, iniciativas de reforço escolar, bem como de que maneira eram desenvolvidas tais ações, buscamos na legislação brasileira e na literatura contribuições para uma interpretação dessas iniciativas.

Os procedimentos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho foram: identificação de como é tratada a recuperação escolar na legislação brasileira; leitura dos relatórios integrantes do projeto “Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos”, os quais apresentam as informações colhidas nos municípios em estudo; análise de leis municipais no que se refere ao reforço escolar e, por fim, análise da bibliografia indicada no referido projeto.

Buscou-se entender no conjunto dos municípios a visão que os mesmos possuem acerca dos termos recuperação e reforço, visto que tais termos ora são utilizados como sinônimos, ora como sendo distintos. Também foi consultada a bibliografia indicada nesse projeto, de modo que fosse possível buscar esclarecimentos acerca da questão. Os resultados obtidos estão descritos no item: Recuperação/reforço: tendências observadas nas iniciativas municipais.

---

<sup>3</sup> É possível supor que em todos os municípios abrangidos pelo estudo existam propostas de recuperação, até mesmo por força da legislação vigente. No entanto, nem todos os entrevistados mencionaram o tema, pois isso não foi solicitado explicitamente nas entrevistas realizadas no Projeto “Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos”.

Após isso, foi feita uma releitura das iniciativas municipais com o propósito de visualizar as tendências referentes ao reforço escolar, estabelecendo semelhanças, diferenças e destaques nelas presentes.

Por fim, com base na bibliografia indicada, buscou-se fazer uma reflexão a partir de contribuições da literatura e as iniciativas encontradas nos municípios, de modo que pudessem ser estabelecidas algumas comparações entre as ações desenvolvidas e os achados na bibliografia, buscando-se maior entendimento acerca da questão do reforço.

### **3. Breve introdução sobre recuperação escolar na legislação brasileira**

Os estudos de recuperação escolar começaram a ser introduzidos na educação brasileira a partir da década de 1970. Até então, o sistema de educação não previa, em suas leis, uma política de recuperação, sendo que a avaliação do progresso de um aluno era feita exclusivamente com a finalidade de medir seus conhecimentos, de modo que se pudesse determinar se ele seria retido ou aprovado para a série seguinte.

Política de importância para auxiliar no bom desempenho discente, os estudos de recuperação somente começaram a ser previstos na legislação brasileira a partir da LEI 5.692 de 11 de agosto de 1.971 (LDB/1971), ainda assim de forma breve e sem maiores especificações. Esta Lei estabelecia no 2º parágrafo de seu artigo nº. 14, que:

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

As leis que surgiram após a LDB/1971 também reafirmaram o compromisso das instituições educacionais com o aprendizado do aluno em defasagem, sendo que a partir do parecer CFE 2.194/73 já havia maior especificidade a respeito de como seria ministrado o reforço escolar de oferecimento obrigatório pelas instituições escolares (Sousa, 2009).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que vigora em nosso país atualmente (LEI 9.394/96, atualizada em 2010, em sua 5ª edição) apresenta a recuperação, tal como na LDB de 1971, como obrigação da instituição escolar. Em seu artigo 12, inciso V, estabelece:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

[...]  
V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

Além da obrigação da unidade escolar em oferecer a recuperação, prevista no artigo 12, o artigo 13 estabelece, no inciso IV, a responsabilidade *do professor* quanto à elaboração de atividades de recuperação.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento

Também é estabelecido, no artigo 24, inciso V:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Com base nessa breve referência à legislação nacional é possível perceber a evolução da maneira como é tratada a questão dos estudos de recuperação.

Embora seja de caráter obrigatório, nem todas as redes municipais da amostra do Projeto Ideb citaram tais ações, conforme elucidado na nota de rodapé nº. 3. Serão descritos aqui, os municípios que apresentaram informações sobre suas estratégias de reforço escolar.

#### **4. Levantamento das iniciativas de reforço escolar em municípios vinculados ao Projeto Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos.**

As políticas desenvolvidas nos municípios, com o intuito de promover maior aproveitamento escolar dos alunos, são asseguradas em propostas constantes em documentos oficiais das Secretarias Municipais de Educação, como o Regimento Escolar e Estatuto do Magistério, além de integrarem os Planos Escolares.

Também foram identificados projetos específicos criados pelas Secretarias, destinados aos alunos com defasagem de desempenho. Registram-se, ainda, em alguns casos, referências a propostas de escola integrante da rede municipal, que foi visitada quando da pesquisa de campo.

As informações aqui apresentadas têm origem em análise documental e em entrevistas feitas com gestores e técnicos da Secretaria da Educação.

#### **Barrinha**

O Regimento Escolar da rede municipal, documento aprovado em 2008, garante a existência da recuperação paralela ao estabelecer:

Artigo 45 – Os Conselhos de Classe reunir-se-ão bimestralmente e no fim do ano letivo, para analisarem os resultados das avaliações e decidirem sobre a promoção, retenção ou encaminhamento dos alunos para estudos de recuperação.

Para que seja possível a todas as escolas implementar a recuperação paralela, o Estatuto do Magistério diz:

Artigo 37 – Poderão ser atribuídas aos ocupantes de cargo e aos ocupantes de função-atividade docente a carga horária máxima de 3 (três) horas semanais para o desenvolvimento de projetos de recuperação e/ou reforço.

O plano escolar da EMEF Armínio Giraldi, escola pesquisada no município, estabelece as estratégias de recuperação para alunos com rendimento inferior ao esperado:

Estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento: nesta unidade escolar haverá recuperação para alunos que apresentarem aproveitamento e/ou frequência insuficiente. Serão realizadas de forma contínua e paralela durante o ano letivo. (Plano Escolar, 2009: 13)

Tendo por meta “diminuir a defasagem de aprendizagem”, o plano escolar determina:

- acompanhamento individual e diagnóstico dos alunos pelos professores da classe;
- formas alternativas de metodologia acompanhadas pela coordenadora e direção da escola;
- capacitação dos docentes;
- trabalho de apoio com as professoras estagiárias;
- encaminhamento para o reforço de alunos com dificuldades de aprendizagem;
- trabalho coletivo dos docentes.

A Secretaria de Educação instituiu o programa “Lado a Lado”, cujo objetivo é a recuperação dos alunos que não estão alfabetizados no tempo esperado.

[...] isso foi uma iniciativa da nossa gestão. [...] nós pegamos um professor com um perfil ótimo como alfabetizador, a gente montou uma sala com 15 alunos, colocou esse professor com uma estagiária junto para fazer um trabalho [mais individualizado] (Secretária de Educação em Exercício)

Outro programa criado pela Secretaria é o denominado “Professor Mirim”, criado pela lei nº 1.944, de 05 de junho de 2007 e regulamentado pelo decreto nº 25, de 3 de setembro do mesmo ano, que se destina aos estudantes adolescentes, com bom rendimento e comportamento escolar, que devem trabalhar 10 horas semanais no contraturno auxiliando professores, principalmente, em atividades de alfabetização.

É um programa que, além de assegurar remuneração mensal de R\$ 50,00 (cinquenta reais), auxilia o trabalho do professor e ajuda alunos com dificuldade. A secretária de educação do município complementa a informação:

[...] o professor mirim é tanto a menina como o menino que se destaca; é aquele que já é o miniprofessor na sala dele do 5º ao 9º; que pega a lição rápido, que o professor fala: "ajuda o outro que está com mais dificuldade." [...] A gente chama os pais, oferece esse serviço [...]. Nós temos o projeto certinho, das 8 às 11, porque ele trabalha no horário oposto que ele estuda em uma escola e ele atua como professor mirim na sala de alfabetização. Então, cada professor tem junto de si uma professora mirim ou um professor mirim. (Secretária de Educação em Exercício)

Então, a gente vai informando os pais da dificuldade, temos o reforço, então às vezes chama os pais 'Olha, seu filho faltou no reforço, não deixa isso acontecer'. (Coordenadora pedagógica).

A recuperação paralela, estabelecida por lei, por meio de aulas de reforço destinadas a alunos com dificuldade de aprendizado, está inclusa na jornada do professor.

## **Brodowski**

O monitoramento da aprendizagem se dá por meio da existência de reforço escolar em todas as escolas da rede, no contra turno, sendo o coordenador de cada escola o responsável por gerenciar o processo. Há dois professores específicos para o reforço em cada escola: um para o período da manhã e outro para o período da tarde.

Se o aluno participa do reforço e ainda assim a dificuldade de aprendizagem persiste, a equipe escolar recebe suporte dos especialistas que a Secretaria de Educação (psicopedagogos, psicólogos) ou até da Secretaria de Saúde, se necessário (neurologistas, fonoaudiólogos, oftalmologistas).

O trecho a seguir, que registra manifestação da coordenadora pedagógica de uma das escolas da rede municipal de Brodowski, explicita este processo:

Então, detectou a dificuldade dele aí no 1º bimestre – teve dificuldade na leitura e na escrita... – qual o procedimento? Vamos encaminhar para o reforço. No 2º bimestre, no nosso Conselho: ‘E esse aluno que estava com dificuldade na leitura e na escrita? Foi bom para ele? Resolveu?’ – isso para o professor; ‘melhorou, nesse bimestre já acompanhou ou já passou’... Então é bem acompanhado. Temos trabalhado dessa forma. Quando é um caso que passa pelo reforço, encaminhou para pedagoga, psicopedagoga, chamamos os pais... e a gente viu que o aluno não cresceu, aí a gente segue um procedimento com ele: a gente chama os pais e dá um acompanhamento... (Diretora da EMEF Elza Leite da Costa, entrevista em 22 de outubro de 2009).

O município faz adaptações que possibilitam o atendimento de toda sua clientela. Um exemplo é o caso dos alunos que residem na zona rural. Como esses alunos não podem permanecer na escola durante o dia todo para participar das atividades no contra turno, as escolas trabalham a recuperação de maneira paralela, tirando-os de sua turma em aulas como Educação Física ou Artes para levá-los à sala de reforço. Para os demais alunos, que tem a possibilidade de retornar à escola, é oferecido o reforço no período contrário às aulas, conforme já citado.

A minha escola tem uma situação: de manhã o meu período é zona rural. [...] E o aluno meu da fazenda não tem condição de voltar à tarde. [...]. Nesse Conselho nós decretamos que ele precisaria de um reforço, mas o aluno da fazenda não tem condição. O que nós vamos fazer? Em aulas como educação física ou educação artística, a professora do reforço pega ele na sala e leva para a salinha do reforço. E deu um resultado muito bom; esse reforço bem perto, assim como nós estamos fazendo – para o aluno da fazenda. O da cidade, que mora por perto, que a mãe tem a condição de trazer, freqüenta o turno contrário. (Diretora da EMEF Elza de Leite da Costa, entrevista em 22 de outubro de 2009)

## **Brotas**

A rede municipal de Brotas também ministra aulas de reforço, que são realizadas nas escolas, sendo que cada unidade de ensino conta com uma professora, por período, para ministrar estas aulas.

Há entre dois e quatro alunos de cada turma que são encaminhados para o reforço escolar. Segundo entrevista realizada em de 2009 com a assistente de direção de uma escola da rede, a percentagem adesão ao programa é alta.

Outro programa desenvolvido pelo município de Brotas é o “Professora de Papel”. Trata-se de um método de alfabetização diferenciado, atualmente em vigor em duas escolas do município. O projeto foi idealizado por uma professora aposentada da cidade de Mirassol.

Nós fomos lá [em Mirassol], levamos a equipe para ela colocar para gente o que era feito e deu muito resultado com os alunos que estavam em defasagem e que cursavam o “Professora de Papel”. Com coisas, com apostilas diferentes e tal. E eu acho que deu resultado, deu muito resultado. Se estavam com problemas de aprendizado, eles vão para “Professora de Papel” e assim que [o problema se resolve] eles voltam para sala deles. (Ex-secretária, entrevista em 30 de outubro de 2009).

## **Cajuru**

O município de Cajuru oferece reforço escolar no período oposto às aulas regulares, o que ocorre com frequência de duas a três vezes por semana.

Porém, como muitos alunos não retornam à escola no período oposto às aulas, há a opção do reforço paralelo, ou seja, no mesmo período dos estudos regulares. Nesse reforço paralelo as crianças com problemas de aprendizagem - principalmente as com dificuldade em alfabetização - são retiradas das salas de aula e recebem um acompanhamento individualizado.

Lá eles são direcionados a atividades de leitura e escrita, mas de maneira mais lúdica, mais prazerosa. Porque existe o reforço escolar paralelo na escola. Uma coisa que nós fizemos foi o reforço no mesmo período. Muitas vezes se tira a criança da sala de aula com uma certa dificuldade, principalmente da aula de alfabetização. Porém às vezes essa criança não volta à tarde. Então a gente dá essa oportunidade paralela no período e tem o reforço escolar à tarde, de duas a três vezes por semana. (Supervisora de Ensino da Secretaria)

O município de Cajuru também desenvolve o projeto “Aprimorando a Competência de Leitura e Escrita”, que ocorre no período inverso ao das aulas e envolve atividades sociais integradas às atividades de escrita e leitura – como dança, teatro etc. - tornando a aprendizagem mais prazerosa. Os professores e diretores da rede direcionam ao projeto os alunos com maiores dificuldades, porém ele se estende a todos os alunos que estiverem interessados em participar. As crianças que

participam se dirigem a um espaço que não o próprio espaço escolar, mas um espaço mais lúdico e diferente da escola regular, de segunda a sexta-feira.

Lá eles são direcionados a atividades de leitura e escrita, mas de maneira mais lúdica, mais prazerosa [...] Foi agregado a parte social também. É o caso da leitura, esporte, dança, teatro, capoeira. Então cada dia eles tem uma hora, uma hora e meia de atividades direcionadas à leitura e à escrita, com atividade diferenciada da escola. Não é lousa. Depois a criança é atendida de que forma? Tem o esporte, tem a dança, a capoeira. Eles fazem teatro com fantoche. (Supervisora de Ensino de Cajuru)

Em relação aos projetos voltados ao acompanhamento e desenvolvimento da Matemática, a secretária de educação do município afirma que há o reforço escolar e as oficinas oferecidas pelo Núcleo de Apoio a Municipalização do Ensino (NAME).

O NAME é um grupo de apoio existente no município, mas que pertence ao sistema Curso Oswaldo Cruz - COC. A cada dois meses, técnicos do NAME comparecem às escolas e fazem um diagnóstico da aprendizagem dos alunos. A partir desse diagnóstico, indicam os alunos que necessitam de apoio para participar do reforço, que é ministrado pelos próprios professores de cada escola.

Como ficam os projetos de matemática? Ficam as oficinas que o NAME, que é o COC que oferece. Eles oferecem oficinas de matemática que é o próprio professor que vai desenvolvendo.

O NAME, que é o grupo de apoio à municipalização, que é o grupo do COC, também dá apoio para nós. No dia da visita a gente acompanha os profissionais. Esse profissional vai detectar o problema também e vai conversar. (Supervisora de Ensino, entrevista em 20/10/2009)

Uma informação que consta dos relatórios diz respeito à importância que o município dispensa ao reforço escolar: há um Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) na rede municipal que se destina especificamente aos professores que atuam no reforço.

Esse HTPC se compõe de duas horas semanais divididas da seguinte maneira: uma hora é destinada para a confecção de materiais a serem trabalhados com os

alunos; o tempo restante destina-se à socialização das experiências junto aos demais professores participantes.

## **Jardinópolis**

O município possui reforço em alfabetização para os alunos matriculados a partir do segundo ano do Ensino Fundamental I. Esse projeto foi implementado na gestão da então secretária de educação do município, à época da entrevista realizada pelo Projeto Ideb, em outubro de 2009.

Funciona com professores contratados para trabalhar atividades diferenciadas em grupos menores do que na sala de aula convencional. Funciona no próprio turno em que o aluno estuda, sendo, portanto, denominada recuperação paralela.

Tendo em vista o regime de progressão continuada, o regimento comum das escolas do município estabelece:

Art. 56 – As unidades escolares deverão desenvolver, sempre que necessário e dentro de suas possibilidades, projetos especiais abrangendo:

I – Atividades de reforço e recuperação de aprendizagem e orientação de estudos;

II – Organização e utilização de salas ambientes, de leitura e laboratórios;

III – grupos de estudo e pesquisa

(Regimento Escolar, pg. 19)

Quanto aos mecanismos de recuperação, o plano escolar dispõe que:

Os alunos terão direito a estudos de recuperação em todas as disciplinas em que o aproveitamento for considerado insatisfatório. A recuperação pode ser realizada de forma contínua ou paralela e intensiva. [...] Concluídas as atividades de recuperação, o professor atribuirá menção relativa ao componente curricular em referência. A época, a duração e a sistemática da recuperação serão especificados no plano escolar. (Plano Escolar, 2009: 23).

## **Lorena**

A rede municipal de Lorena desenvolve um programa de recuperação chamado PROAP: Programa de Reforço de Aprendizagem. É designado um assistente técnico pedagógico exclusivamente para cuidar do programa, e somente são selecionados para ministrar aulas professores que já possuam alguma experiência na rede, além de já terem cursado algum curso voltado à alfabetização.

As turmas de reforço são constituídas por cerca de 8 a 20 alunos de diversas séries em cada sala, mas que possuem o mesmo nível de aprendizagem. As aulas de reforço são realizadas no período inverso ao das aulas regulares e nelas são utilizadas diversas metodologias de ensino. Mesmo com a heterogeneidade da turma, o assessor principal do município afirma que os resultados são bastante positivos.

Em suas palavras:

Nós designamos uma ATP [assistente técnico pedagógico] para cuidar especificamente do projeto. No PROAP, os professores são selecionados, tem que ter uma formação, certa experiência na rede e tem que ter algum curso de alfabetização e a gente prioriza o antigo PROFA, que foi dado pelo MEC, ou o Letra e Vida que foi dado pelo estado. E o estado passou a peteca pra gente e hoje a gente tem o Letra Viva [projeto municipal]. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Então é feita a seleção, a gente tem certo rigor na seleção dos professores, inclusive de experiências, cada ano que passa a gente vai aprimorando e são formadas as turmas nas escolas, nós sempre colocamos em torno de oito até vinte alunos. [...] Acaba sendo uma sala multiseriada, por questão de idade, por questão da série onde a criança está, mas o nível de desenvolvimento praticamente é o mesmo e nesse processo os professores trabalham com metodologias variadas. A gente tem tido excelentes resultados com isso. (Principal Assessor, entrevistado em 27 de agosto de 2009).

Para o secretário de educação, o PROAP é uma grande ferramenta no acompanhamento do fluxo escolar, visto que a reprovação no município diminuiu.

A reprovação diminuiu bastante também. Porque para reprovação nós temos o PROAP, o projeto de reforço de aprendizagem. E esses projetos todos também diminuíram o número de reprovações. Indiretamente nós temos, por exemplo, o judô, a fanfarra, e se o aluno não estiver indo bem na

escola, a gente corta, entendeu? Então a gente também joga um pouco com eles. (Secretário de Educação, entrevistado em 27 de agosto de 2009)

Se um aluno defasado em relação à sua série for reprovado, ele é encaminhado ao reforço para que seja feito um acompanhamento. Ainda segundo o secretário, o projeto acaba estimulando a permanência do aluno na escola.

Sobre melhoria de fluxo, a gente acaba usando a prerrogativa da lei, usando as provas de reclassificação, no começo do ano. Então é feita a prova de reclassificação e o aluno que tem condições acaba sendo encaminhado pra série seguinte, os que não têm a gente encaminha pra esse acompanhamento. No caso o PROAP que tem sido a grande ferramenta, além de todos esses projetos que de uma forma ou outra acabam estimulando pelo menos a permanência da criança na escola. [...] (Secretário de Educação, entrevista em 27 de agosto de 2009).

## **Marília**

A rede municipal conta com grupos de reforço e recuperação que têm o propósito de fazer os alunos com defasagem progredirem. Segundo o assessor principal do município, há também um trabalho constante de acompanhamento do fluxo escolar. Percebe-se, por parte da gestão, foco na alfabetização dos alunos.

Temos grupos de reforço e recuperação, nós fazemos avaliação de acordo com os avanços dos alunos. Há três anos nós tínhamos 12% de alunos defasados, atualmente nós temos somente 2%. Em relação ao fluxo é feito um trabalho constante. Nós procuramos através da recuperação e reforço fazer o aluno avançar. Às vezes ele chega com 10 anos na 2ª série, então fazemos todo um trabalho para que ele possa ser alfabetizado e encaminhado. (Assessor principal, entrevista em 06/11/2009).

O município de Marília conta com uma rede de profissionais chamada de “professores volantes”, que são responsáveis por ministrar as aulas de recuperação e reforço. Porém, como esses profissionais também são responsáveis por cobrir licenças ou faltas de colegas, devido ao número elevado de professores ausentes, o reforço fica prejudicado, tendo seu tempo reduzido.

Outro programa de reforço escolar desenvolvido em Marília é oferecido pela Casa do Pequeno Cidadão, entidade social voltada às crianças desfavorecidas

economicamente. Além das atividades de reforço, ministradas no contraturno por educadores sociais, a Casa do Pequeno cidadão oferece também atividades relacionadas à parte cultural.

A prefeitura municipal de Marília tem um trabalho chamado Casa do Pequeno Cidadão. É um trabalho da Secretaria de assistência social que atende as crianças menos favorecidas, não só crianças em situação de risco, mas crianças menos favorecidas mesmo, o critério de entrada é socioeconômico. [...] Lá tem tanto a parte de orientação em relação à educação, de reforço escolar, de tarefa e tudo mais como tem aula de pintura, de artesanato, essa parte cultural que eu coloquei para vocês. Quase todas elas têm laboratório de informática, aula de informática tem a parte de esporte. Lá dentro eles têm o educador social. Quem trabalha com essas crianças não são professores, mas educadores sociais e também professores de educação física. O projeto existe há 12 anos. (Secretária de educação, entrevista em 06/11/2009).

## **Santa Fé do Sul**

O município realizou a seguinte ação educacional na gestão de 2001-2008: contratou professores para desenvolver um atendimento mais individualizado aos alunos que apresentavam problemas de aprendizagem. Esses professores foram contratados via concurso, sendo denominados como “professores de apoio”.

A secretária de educação do município afirma que esses profissionais usufruem os mesmos benefícios dos professores titulares.

Então, nós recebemos alunos de vários lugares do país. E, numa das reorganizações do plano de carreira, nós adotamos para as escolas, fizemos concurso público para o professor adjunto, que hoje ele já não é mais adjunto. A gente chama de apoio, mas ele está igualado [aos outros professores]. Esse professor adjunto, professor de apoio, ele fica à disposição da escola para atender a criança com deficiência de aprendizagem. [...] (Secretária de Educação, entrevista em 23 de setembro de 2009)

A rede também faz acompanhamento de frequência e ministra reforço no contra turno das aulas:

O acompanhamento da frequência, a gente sempre está vendo as faltas e também com a questão de reforço, um trabalho no período inverso intenso que a gente está sempre atendendo (Técnica da Secretaria de Educação, entrevista em 23 de setembro de 2009).

“A gente trabalha, luta bastante em cima disso, em cima desses reforços, trabalhando com trabalhos paralelos, na recuperação”. (Técnica da Secretaria de Educação, entrevista em 23 de setembro de 2009).

## São José dos Campos

As ações que visam atender à demanda que necessita melhorar seu desempenho compreendem a existência de recuperação de três tipos para os alunos com dificuldades:

- *Recuperação intrínseca*, que é feita diariamente pelo docente na sala de aula;
- *Recuperação paralela*, na qual aluno fica uma aula a mais com o seu próprio professor;
- E *recuperação intensiva*, onde aluno permanece na escola no contra turno, em aulas com outro professor que não o seu professor titular.

As informações aqui apresentadas podem ser vislumbradas na Portaria nº. 10/2009, que dispõe que:

Art.1º. As atividades pedagógicas de recuperação da aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental Regular deverão ocorrer conforme o regimento da U.E.:

I – de forma intrínseca ao desenvolvimento das aulas regulares como parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem;

II – de forma paralela, ao longo do ano letivo e em horário próprio, aos alunos a partir do 3º ano do Ensino Fundamental;

III – de forma intensiva, em horário diverso das aulas regulares, sob forma de projetos especiais;

Parágrafo Único – As atividades pedagógicas de recuperação da aprendizagem aos alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental ocorrerão através de grupos de estudos em horário regular das aulas, sob forma de projetos elaborados pelas unidades escolares, conforma normatização específica pela Coordenadoria Pedagógica da SME. (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2009)

### Recuperação paralela:

A respeito da recuperação paralela, de acordo com informação obtida por meio de fala da técnica da Secretaria de Educação do município, em entrevista realizada em agosto de 2009, as crianças que fazem a recuperação paralela ficam três vezes por semana na escola, uma hora/aula a mais do que seu horário normal, podendo isto ser antes ou após o início das aulas diárias.

O professor, no início do ano letivo ou após o primeiro conselho de classe, indica os alunos diagnosticados com defasagem para participarem do reforço. É importante salientar que as recuperações aqui descritas são feitas apenas nas disciplinas de Português e Matemática.

Se, na sala de aula, o professor tem um grupo de alunos que tem alguma defasagem, seja em matemática, em português, alguma defasagem que ele percebeu que ele diagnosticou, ou após o primeiro conselho ou já no início do ano, que tem alguns alunos que a partir do primeiro diagnóstico ele acha que precisa de um trabalho mais efetivo, esses alunos ficam três vezes por semana uma aula, no final ou no início do período, aí depende, a escola que organiza a maneira, se os pais acham que é melhor no início do período, aquele aluno entra uma aula mais cedo... (Técnica da Secretaria)

### Recuperação Intensiva

A participação de um aluno na recuperação intensiva esta atrelada à avaliação feita pelo professor no Conselho de Classe no final do ano letivo, sendo que o período de estudos será durante todo o decorrer do ano seguinte.

Conforme informações fornecidas pela secretária de educação do município em entrevista realizada em agosto de 2009, a sala de recuperação intensiva foi construída em todas as escolas devido a reclamações, dos professores, de que não havia espaço para a recuperação.

Os professores responsáveis pela recuperação intensiva são, em sua maioria, professores efetivos e que optaram por ficar com esta atividade; há também todo o

acompanhamento desse aluno, sendo que os trabalhos na sala de recuperação estão em consonância com os trabalhos de seu professor titular.

De acordo com a Assessora principal do município, a Secretaria de Educação oferece todas as condições necessárias para que se efetive a recuperação intensiva: salas específicas foram construídas em todas as escolas, conforme citado; foi dada atribuição de reforço escolar aos professores participantes; foi disponibilizado material didático adequado ao programa e, também, a merenda escolar, visto que os alunos participantes da recuperação intensiva permanecem o dia inteiro na escola. Em suas palavras:

Nós possibilitamos que todos os alunos [da recuperação intensiva] fiquem na escola. Porque isso era um complicador, o aluno ia embora e não voltava e você sabe que quando a criança precisa mais, a família geralmente é assim, quando têm mais dificuldade a família está mais ausente, isso é natural acontecer. Então a família não se incomodava do aluno voltar. A gente já garante com o almoço que eles fiquem na escola. Entendeu? Eles não vão embora. (Assessora Principal, entrevista em 16/08/09)

Além das formas de reforço citadas acima, existem também laboratórios de aprendizagem para as crianças com dificuldades circunstanciais, que já passaram pela recuperação, mas não avançam.

## **Valparaíso**

O município de Valparaíso realiza o acompanhamento da aprendizagem discente por meio de reforço realizado no contra turno, com uma professora que não a professora titular do aluno.

Ocorre da seguinte maneira: para os alunos da zona rural, que possuem restrições em relação ao transporte, o reforço é feito de forma paralela, no mesmo período das aulas regulares. Os alunos saem da sala e se dirigem a um outro espaço.

Para os demais alunos, a escola entra em contato com os pais solicitando autorização para que o aluno possa permanecer na escola após as aulas para o

reforço. A criança almoça na escola e descansa. Após isso, são iniciadas as atividades de recuperação. Segundo a assessora municipal:

Tem duas situações: nós temos alunos de zona rural, esse não pode ficar na cidade, né, deu o horário, o ônibus vai embora; então esses alunos são tirados da sala num determinado momento e são trabalhados em separado. Os demais não, a gente conversa com os pais, manda bilhetinho, autorização pro reforço, a escola oferece o almoço, eles almoçam na escola, eles ficam ali por 2 horas, a gente tem que dar um tempinho para eles darem uma descansada... (Assessora municipal, entrevista em 2009).

De acordo com o secretário de educação do município, é realizado um trabalho “forte” de reforço escolar, principalmente em alfabetização. Segundo ele, existem professores que são melhores em alfabetização do que outros. Quando isso ocorre, em alguns momentos os alunos vão para uma outra sala com esse professor para participar das atividades de reforço, nesse caso, em alfabetização. Em suas palavras:

[...] nós adotamos um sistema de recuperação bem forte, e alguns reajustes dentro da própria escola. Às vezes nós temos lá 3 ou 4 professores de 1º ano ou de 2º ano, que é processo avaliatório, em que 1 dos professores é um especialista em alfabetização. Isso é uma questão até um pouco... é uma questão até nata... Tem pessoas que vêm com essa facilidade de alfabetizar. Outros já têm uma certa dificuldade. Então quando existem esses casos, a gente vai utilizando esse próprio professor, em alguns momentos os alunos saem da própria sala, vai com esse professor, depois retorna [...] (Secretário Municipal de educação, entrevista em 2009)

## **5. Recuperação/ reforço: tendências observadas nas iniciativas municipais e na bibliografia**

Neste item destacam-se características usualmente presentes nas iniciativas de reforço escolar desenvolvidas nos municípios estudados. Antecedendo tais considerações, busca-se esclarecer a utilização dos dois termos empregados por integrantes das redes municipais e leis vigentes nos municípios estudados, bem como pela bibliografia consultada neste trabalho para designar atividades que têm o objetivo de possibilitar novas oportunidades de aprendizagem para alunos com dificuldade – a saber, recuperação e reforço - de modo que se possibilite maior esclarecimento acerca do tema trabalhado neste projeto, bem como da concepção adotada pelo mesmo.

Foi possível perceber, com base nos dados obtidos na primeira fase deste projeto, que os municípios pesquisados se referem às suas iniciativas de viabilização de novas oportunidades de aprendizagens aos alunos ora utilizando a terminologia reforço escolar, ora utilizando a palavra recuperação, conforme citado no parágrafo anterior, ou, ainda, valendo-se de ambos os termos.

Supõe-se que, em alguns casos, os entrevistados pelo “Projeto Ideb: Estudo exploratório de fatores explicativos” (diretores de escola, assessores, secretários de educação), ao mencionarem as atividades destinadas a alunos com dificuldade de aprendizagem utilizando os dois termos, não fazem diferenciação dos mesmos, sendo que os próprios documentos constantes destes municípios parecem utilizá-los como sinônimos. É o caso, por exemplo, do município de Barrinha, que prevê, no artigo 37 de seu Estatuto do Magistério:

Artigo 37 – Poderão ser atribuídas aos ocupantes de cargo e aos ocupantes de função-atividade docente a carga horária máxima de 3 (três) horas semanais para o desenvolvimento de projetos de recuperação e/ou reforço. (grifos nossos)

Já na perspectiva de outros municípios, como Santa Fé do Sul, embora sejam utilizadas as duas palavras, cada uma parece ter um significado distinto: a impressão é que *reforço* seria o apoio dado à aprendizagem em si, o programa, a atividade ou, ainda, a denominação do espaço onde a criança recebe ajuda. Por sua vez, o termo *recuperação* parece ser o resultado das atividades realizadas naquele “espaço de *reforço*”.

Observa-se, também, que em um mesmo município há falas divergentes por parte dos entrevistados. No caso de Valparaíso, nas entrevistas obtidas pelo Projeto Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos, a assessora da Secretaria de Educação utiliza o termo *reforço*. Já o secretário de educação utiliza *recuperação*. Nesse caso, ao analisar as falas dos dois profissionais, a impressão que se tem é que os termos são utilizados como sinônimos, variando apenas o modo com que cada um se dirige a tais iniciativas.

Há também casos em que o município utiliza apenas um dos termos, sem fazer referência ao outro, como é o caso de São José dos Campos, que apenas usa a palavra *recuperação* para designar suas atividades de auxílio aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

A legislação brasileira se refere a tais atividades utilizando a palavra *recuperação*, sendo este o discurso oficial. Dessa forma, é possível supor que também os municípios utilizem o termo em alusão à legislação, embora, diversas vezes, usem a palavra *reforço*.

Também a bibliografia consultada neste trabalho faz uso da expressão *recuperação*, tal como disposto na legislação. No entanto, assim como ocorre nos municípios, encontramos trechos presentes nos trabalhos que fazem referência ao uso do termo *reforço*, ou dos dois termos juntos – os quais, não raramente, são também utilizados como sinônimos em alguns casos, e distintos em outros, mas sem especificação de cada um dos termos.

Carvalho (2004), por exemplo, ao analisar atividades de uma determinada escola estadual, utiliza tantos os termos: "aulas de reforço", "oficinas de reforço", atividades de reforço, quanto "recuperação paralela", atividades paralelas etc. No entanto, a seguinte afirmação, extraída de seu texto, parece corroborar com a idéia de que, não obstante a utilização de dois termos distintos, estes não possuem diferenciação: "Existe um sistema de recuperação paralela durante todo o ano, chamado de oficinas de reforço".

Caldas (2010), em seu trabalho intitulado *Recuperação Escolar - discurso oficial e cotidiano educacional: contribuições a partir da psicologia escolar* (2010), busca os significados dos dois termos – *recuperação* e *reforço* - e afirma que a terminologia *reforço* é constantemente utilizada na escola como *sinônimo* de *recuperação*, tendo o sentido de reforçar algo, tornar mais sólido. (Caldas, 2010).

No entanto, nossa compreensão acerca do assunto é outra. Segundo Sousa, em depoimento: "Não se recupera o que não se aprendeu. Nesse sentido, parece-nos

que a expressão atividade de reforço expressa com maior precisão a ideia de oportunizar situações de aprendizagem de alunos”. (Sousa, 2011).

Nessa perspectiva, o objetivo de uma atividade de reforço escolar seria proporcionar aos alunos novas oportunidades de viabilizar suas aprendizagens, de modo que lhes seja possível atingir os objetivos determinados para a etapa de ensino correspondente.

Dessa forma, explicitamos a opção por manter, nesse trabalho, o termo *reforço escolar*, usada pelos municípios em alguns momentos, ao invés da expressão *recuperação*, encontrada na legislação, nos textos utilizados para a análise crítica e nos municípios.

### **5.1 Tendências Municipais**

Neste item serão apresentadas as características presentes nas iniciativas de reforço escolar nos municípios estudados, bem como suas singularidades, semelhanças e pontos que chamaram nossa atenção por se destacarem de alguma forma.

Com relação ao que foi observado a respeito das iniciativas de reforço escolar presentes nos municípios abrangidos por este estudo, foi possível perceber que nem todos explicitam tais atividades em suas legislações, enquanto outros parecem fundamentar-se fortemente em suas leis.

De um modo geral, algumas similitudes foram encontradas nas iniciativas estudadas. Observou-se que a maioria das iniciativas presentes nos municípios focaliza o reforço em atividades ligadas à leitura e escrita, em especial à alfabetização. Vale lembrar que as duas disciplinas abordadas na Prova Brasil, exame que compõe o índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb junto a informações de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão) são, justamente, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

No entanto, embora a matemática seja uma das disciplinas constantes da Prova Brasil, observa-se que, em toda a amostra analisada, apenas dois municípios citaram atividades de reforço ligadas à Matemática, a saber: o município de Cajuru, que ministra tal reforço por meio de oficinas oferecidas pelo sistema de ensino do Curso Oswaldo Cruz - COC; e o município de São José dos Campos, conforme informação de profissional da Secretaria da Educação. (Ver citação no item “Levantamento das iniciativas de reforço escolar em municípios vinculados ao Projeto Bons Resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos” do presente relatório).

Como semelhanças, também é possível citar a flexibilidade dos municípios ao ministrarem as aulas de reforço no sentido de que, se o aluno não pode participar das aulas no contra turno, a escola oferece alternativas para que todos que tenham necessidade possam participar das aulas. É o caso dos municípios de Cajuru e Valparaíso.

Percebe-se que, em alguns casos, os municípios atribuem denominações a seus programas de reforço, como é o caso dos programas Lado a Lado e Professor Mirim (Barrinha); Aprimorando a Competência da Leitura e da escrita (Cajuru); PROAP – Programa de Reforço de Aprendizagem (Lorena); Professora de Papel (Brotas). Já os demais apenas citam que possuem o reforço que, em sua maioria, ocorre no contra turno das aulas, porém sem atribuir denominação para a iniciativa desenvolvida.

E da mesma forma que são atribuídas denominações a algumas iniciativas, também são atribuídos nomes específicos, em alguns municípios, aos professores que trabalham no reforço: professores volantes, em Cajuru; professores de apoio, em Santa Fé do Sul. Segundo informações dos gestores educacionais dos municípios, esses profissionais foram contratados exclusivamente para o desenvolvimento das atividades de reforço, mas suas condições de trabalho são as mesmas dos professores titulares, ou seja, ao que tudo indica, não recebem menos, nem têm menos benefícios.

Também é possível observar municípios que desenvolvem mais de uma iniciativa com objetivo de reforçar aprendizagens, como é o caso de Barrinha, que instituiu os programas Professor Mirim, e Lado a lado; e de Marília que, além do reforço ministrado nas unidades escolares, prevê o programa da Casa do Pequeno Cidadão, entidade social que oferece atividades culturais e atividades de reforço, que são ministradas por educadores sociais. Tais municípios parecem ir além do que prevê a lei, pois ao elaborarem projetos diferenciados de reforço, atribuem maior sentido às práticas desenvolvidas, provocando mais interesse nos alunos.

Um ponto que consideramos importante ressaltar é o fato de alguns municípios darem ênfase às condições de trabalho do professor que atua nas salas de reforço. Como exemplo, é possível mencionar o caso do município de Santa Fé do Sul, que abriu um concurso exclusivamente para a contratação de professores de reforço, os denominados *professores de apoio*, já citados no presente item deste relatório. Segundo informações dos dirigentes municipais, esses profissionais usufruem dos mesmos benefícios dos colegas que atuam na sala regular, e trabalham com o reforço porque escolheram essa atividade.

Também encontramos situações semelhantes em outros municípios, onde temos a clara impressão de que os professores atuam no reforço porque escolheram esse trabalho, excluindo-se, dessa forma, a ideia de que ministram aulas de reforço os professores que “sobraram” na distribuição de salas no início do ano letivo e, até mesmo, a ideia de eventualidade desse professor.

Outra questão diz respeito à formação dos professores que atuam nessas atividades. É necessário, em certos casos, que o professor que ministrará aulas de reforço possua formação específica. Por exemplo, se ele vai atender alunos com dificuldade na alfabetização, ele precisa possuir formação em alfabetização, citando-se, inclusive, programas específicos, como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA, oferecido pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC) e o programa Letra e Vida, desenvolvido pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP, da Secretaria do Estado da Educação. Os dirigentes do município de Lorena afirmam,

inclusive, que é feita uma seleção rigorosa para a escolha do professor que ministrará aulas de reforço.

Ainda em relação à formação do professor, é realizado, no município de Cajuru, um Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC exclusivo para professores de reforço, no qual são confeccionados materiais para se trabalhar com os alunos e socializadas as experiências vividas pelos professores.

Destacamos o caso de São José dos Campos, município que melhor detalha suas iniciativas, estabelecendo três tipos de recuperação – conforme denominação do município -, a saber: recuperação intrínseca; recuperação paralela; e recuperação intensiva. Além de possuir laboratórios de aprendizagem, espaços destinados às crianças que já passaram pelo reforço, mas ainda apresentam dificuldades de aprendizagem.

Outro destaque em relação aos municípios é a questão do reforço aplicado junto a atividades de lazer, artísticas e esportivas, como ocorre no município de Marília, com a Casa do Pequeno Cidadão, e em Cajuru, com o Projeto Aprimorando a Competência da Leitura e da Escrita.

A Casa do pequeno Cidadão pode ser definida como uma entidade assistencial que atende crianças de baixa renda (o critério de entrada é socioeconômico). Além de promover atividades artísticas, tais como pintura e artesanato, oferecer laboratórios de informática e apoio às tarefas escolares, oferece também o reforço.

Já o projeto Aprimorando a Competência da Leitura e da Escrita, desenvolvido na rede de Cajuru, diferentemente da Casa do Pequeno Cidadão, não utiliza o critério socioeconômico como critério de aceitação das crianças, sendo aberto não apenas aos alunos com dificuldade, mas a todos aqueles que se interessarem pelas atividades desenvolvidas. O projeto alia atividades de leitura e escrita às atividades de arte e dança, o que, segundo os dirigentes municipais, torna o aprendizado mais prazeroso.

Uma particularidade encontrada em um dos municípios estudados: trata-se da participação de alunos em atividades de reforço, não como alunos atendidos, mas como alunos que auxiliam em tais atividades. É o caso do Município de Barrinha que, por meio do programa Professor Mirim, oferece um apoio de R\$ 50,00 mensais para que alunos que apresentam melhor desempenho nos estudos auxiliem, em um período de 10 horas semanais, a serem cumpridas no contraturno escolar, os alunos com mais dificuldade.

Quanto à opinião dos dirigentes municipais em relação à temática do reforço, é possível afirmar que eles entendem que as iniciativas de reforço de aprendizagem ajudam na melhoria do desempenho dos alunos, o que conseqüentemente poderá influenciar na melhoria do índice que tomamos como referência, o IDEB.

Os dirigentes citam o reforço como uma das iniciativas que tem contribuído para a melhoria do ensino no município, e conseqüentemente, para a melhoria dos índices municipais nas avaliações. Mas, é importante lembrar que o reforço é apenas um dos fatores que pode ter ajudado, visto que foram identificadas na pesquisa IDEB um conjunto de ações em desenvolvimento pelas gestões dos municípios para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

## **6. Reflexões a partir de contribuições da literatura**

Pelo que foi possível extrair da análise dos municípios, de um modo geral, as iniciativas não corroboram com o que afirma a bibliografia consultada neste trabalho, bibliografia esta que segue outra linha de estudo que não a da influência de uma iniciativa municipal no resultado de uma avaliação.

Enquanto os municípios procuraram destacar suas iniciativas de reforço, foi possível encontrar críticas a alguns programas de reforço estudados na bibliografia, que pontuou, em um determinado caso, que as professoras indicavam alunos para o reforço por meio de critérios subjetivos, sendo que os meninos seriam indicados por motivos disciplinares e as meninas por deficiências

intelectuais, contrapondo a prática encontrada nas escolas estudadas com o que afirma a legislação brasileira (Caldas, 2009).

No entanto, a frequente oposição de ideias entre os textos consultados e as iniciativas desenvolvidas possibilitou a realização de reflexões no âmbito dessas duas esferas. Mas, vale ressaltar que, embora a oposição entre as esferas se apresentasse com maior frequência, foram encontradas ideias convergentes com as ações dos municípios, o que também resultou em reflexões para o referido trabalho. Tais ideias serão apresentadas no decorrer deste item.

Segundo Depresbiteris (1991), a recuperação é um aspecto que deve ser refletido no *processo* de avaliação da aprendizagem, visto que, em muitos casos, tal ação somente é feita no *final* do período letivo, tendo serventia apenas para que o aluno recupere a *nota*, “sem que se atue no mais importante: seu processo de aprender.” (Depresbiteris, 1991, grifos nossos).

Nos municípios estudados, as iniciativas de reforço/recuperação não apresentam esse caráter emergencial de recuperação, que visa a aquisição de uma nota sem considerar o principal, que é a aprendizagem do aluno. De acordo com as informações obtidas neste estudo, os programas de reforço são desenvolvidos de maneira contínua, sendo que tão logo é detectada a dificuldade o aluno é encaminhado para receber algum tipo de ajuda visando sua superação. Em alguns casos, o processo é bem explicitado pelos entrevistados, como por exemplo, nos municípios de São José dos Campos e de Brodowski.

Outro aspecto que vale a pena ser comentado diz respeito à questão da valorização do professor que atua com reforço escolar, enfatizada pelos dirigentes municipais, conforme citado no item anterior deste relatório, bem como de suas condições de trabalho. Recorrendo-se à literatura, Segundo Patto apud Amaral (2010), muitas vezes, os docentes se deparam com condições adversas para realizarem seu trabalho, contando com pouco ou quase nenhum apoio por parte da equipe escolar.

Pelo que indica a caracterização das iniciativas municipais analisadas neste estudo, os professores que atuam no reforço têm asseguradas as suas condições de trabalho, estando em nível de igualdade com os professores que atuam nas salas regulares, tendo garantidas, também, as condições materiais para a realização de seu trabalho.

Quanto à questão da formação do professor, é explicitada, em alguns municípios, a preferência por professores com mais tempo de atuação na rede e que possuam formações específicas, como em alfabetização, por exemplo, para atuarem na sala do reforço.

Quanto à eficácia do reforço, de acordo com Nória (2008), quando a recuperação imediata ou contínua não consegue produzir os efeitos esperados nos alunos, outros recursos precisam ser utilizados. Podemos citar, nesse sentido, o caso do município de Brodowski, que encaminha os alunos que não conseguem progredir - mesmo com o auxílio do reforço escolar - para receberem ajuda de outros profissionais, seja da Secretaria de Educação, tais como: psicólogos e psicopedagogos, ou da Secretaria de Saúde, como fonoaudiólogos, neurologistas, oftalmologistas. Dessa forma, admite-se a hipótese de que o problema do aluno pode estar muito além de uma dificuldade com determinado conteúdo, podendo envolver aspectos psicológicos ou, até mesmo, fisiológicos, por exemplo.

Segundo Sousa (1991) a avaliação que o professor faz do aluno tem o poder de repercutir em seu desempenho, visto que o aluno tende a incorporar o estigma do que é ou não capaz de fazer a partir da expectativa do professor em relação a ele. Ainda segundo a autora, ao mesmo tempo em que a postura do professor pode gerar o fracasso do aluno, também pela premiação, contribui para que as pessoas criem um consenso a respeito das diferenças individuais e dos privilégios, justificando discriminações e “concorrendo para o individualismo e a competição entre os alunos”. (Sousa, 1991)

No entanto, contrapondo-se a essa competição que pode se desenvolver entre os alunos, encontramos, no município de Barrinha, uma iniciativa que prima, justamente, pela colaboração entre as crianças. Estamos falando do Programa

Professor Mirim, programa no qual os alunos que conseguem aprender com mais facilidade são escolhidos pelos professores, não para serem destacados entre os demais colegas, mas, para auxiliarem aqueles apresentam dificuldades. Dessa forma, além de se afastar a competição entre os alunos, ainda há ganhos em termos de aprendizagem, tanto para aquele que ensina, como para aquele que é ensinado.

No entanto, uma crítica que poderia ser feita, no âmbito deste estudo, diz respeito à questão do critério socioeconômico como fator que influencia o encaminhamento ou não de um aluno para o reforço escolar. Segundo Hoffman, ainda se culpabiliza a família e a pobreza de algumas crianças pela sua dificuldade de aprendizagem. (Hoffman, 2008).

Partindo-se desse pressuposto, poderíamos citar a Casa do Pequeno Cidadão, entidade social do município de Marília, que oferece, dentre outras atividades, o reforço escolar. E o motivo de citar a entidade, nesse momento, é justamente o fato de que o critério de aceitação para que uma criança participe das atividades oferecidas é *socioeconômico*, ou seja: somente crianças oriundas de famílias de baixa renda têm acesso.

O fato de esse acesso ser por critério socioeconômico parece reforçar a ideia de que crianças pobres têm mais dificuldade, seja porque a família não ajuda seus filhos nos deveres, ou porque não dispensa a devida atenção ao estudo, o que reforça uma visão preconceituosa em relação ao encaminhamento para o reforço escolar.

Ainda sobre a questão de encaminhamentos preconceituosos ao reforço escolar, Hoffman (2008) parte da hipótese de que muitos alunos seriam encaminhados para o reforço escolar por questões disciplinares, pelo “não ajuste da criança ao que a escola espera dela”, não sendo o fator aprendizagem o único fator determinante. (Hoffman, 2008)

A literatura consultada neste projeto também enfatizou a questão do gênero no encaminhamento para o reforço, afirmando que os meninos seriam encaminhados

por motivos disciplinares, por não fazerem jus ao ofício de aluno idealizado pelos professores; já as meninas seriam encaminhadas por questões de deficiência intelectual ou mental, e não se esperava que o reforço pudesse efetivamente ajudá-las. (Hoffman, 2008).

No entanto, nos dados obtidos nos municípios, não foram encontrados indícios de que o encaminhamento pudesse ser, de alguma forma, direcionado pela questão do gênero. As políticas analisadas, em conjunto com os bons resultados obtidos pelos municípios em testes, parecem indicar que o reforço tem, de fato, contribuído para a melhoria do desempenho discente.

Outro aspecto a ser comentado diz respeito à questão dos indicadores de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), que também compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, conforme já citado neste trabalho, e sua relação com o reforço escolar. Segundo Nórcia (2008), as atividades de recuperação visam melhorar as aprendizagens, sendo consideradas medidas de apoio. E nesse sentido, “podem se vistas como mecanismos auxiliares para a regularização do fluxo de alunos, favorecendo a promoção do aluno independente do modo de organização da escolarização formal, seja em series anuais ou ciclos”. (Nórcia, 2008).

Ainda sobre a questão, Nórcia cita, em sua dissertação, o relatório do grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº. 65.189, de 18 de setembro de 1969, documento esse que, segundo a relatora Nise Pires, ao falar sobre currículos e programas, afirma que estes devem ser organizados e desenvolvidos de modo a atender as diferentes condições dos alunos, permitindo um fluxo escolar contínuo, ou seja, nesse sentido, a “recuperação visa oxigenar o fluxo escolar de maneira que não haja um percentual tão alto de evasão e de reprovação em função dos conteúdos não assimilados”. (Nórcia, 2008)

No decorrer deste trabalho, ao analisarmos as iniciativas desenvolvidas pelos municípios, bem como ao caracterizá-las, a impressão obtida foi a de que estamos diante de iniciativas municipais articuladas, preocupadas em melhorar o nível de desempenho dos alunos, não só em função de testes, mas tendo-se em vista o

objetivo máximo de aprendizagem: a real aquisição de conhecimentos para o aluno.

Obviamente, também existem falhas nos municípios e alguns entraves foram constatados, como por exemplo, a questão da aceitação de crianças em um determinado programa de reforço levando-se em conta o fator socioeconômico. Ao fazer a reflexão com a bibliografia consultada, também percebemos críticas nesse sentido, quando encontramos afirmações de que ainda se culpabiliza a família e a pobreza pela dificuldade de aprendizagem de algumas crianças (Hoffman, 2008), desconsiderando-se que a escola também pode ser responsável pelo fracasso dos alunos.

Para finalizar este trabalho, é importante ressaltar que a avaliação, se vista apenas em sua dimensão quantitativa, não considera a aprendizagem, que é um processo, em sua finalidade mais ampla: a aquisição de conhecimentos pelo sujeito, de modo a se possibilitar um real enriquecimento de sua aprendizagem.

Infelizmente, em muitos casos, a avaliação perde seu sentido, pois aqueles que dela se utilizam não têm em vista sua função formativa, e acabam por privilegiar apenas os aspectos quantitativos. Visto deste ângulo, também o reforço escolar perde seu significado e sua importância no sentido de viabilizar novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que possuem dificuldades de aprendizagem.

O reforço escolar não pode ser encarado como uma prática desvinculada do processo de ensino. Muitas vezes, no entanto, é encarado dessa forma por ser “desenvolvido” como uma prática emergencial, feito em períodos curtos, geralmente nas últimas semanas – ou *dias* letivos -, apenas para recuperar uma nota, quando deveria fazer parte de um processo contínuo de avaliação, oferecendo uma retroalimentação do processo de aprendizagem, não só para o professor avaliar o progresso do aluno, mas para avaliar sua própria prática. (Sousa, 1991)

Se for desenvolvido apenas com o intuito de recuperar uma nota, não levando em conta que o que importa, de fato, é a construção do saber do aluno, o reforço, será encarado como uma prática sem sentido para o aluno e desvinculada de seu processo de aprendizagem, não constituindo um mecanismo de apoio que efetivamente ofereça ganhos em termos de aprendizagem.

É um ponto positivo para nossa amostra, nesse sentido, é que os municípios constantes deste estudo, ao que tudo indica, não desenvolvem suas atividades de reforço de forma isolada do processo de aprendizagem, enfocando um processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem, diferentemente do que ocorria nas escolas relatadas por Sousa (1991) em sua pesquisa sobre avaliação da aprendizagem em escolas de ensino Fundamental, intitulada: “A Prática Avaliativa na Escola de Ensino Fundamental”, onde os próprios professores afirmavam que a recuperação “não recuperava nada”, pois era feita em um período curto, cerca de 5 a 10 dias, tendo como objetivo apenas possibilitar a aprovação de alguns alunos para a série seguinte. (Sousa, 1991).

Embora os municípios constantes deste estudo façam parte de um universo que alcançou altos índices em avaliações, é possível afirmar que, a partir do que foi constatado com a caracterização das iniciativas, a avaliação não é vista como um fim em si mesma, no sentido de priorizar os resultados finais em detrimento do real enriquecimento intelectual do aluno. A preocupação em fazer com que o reforço escolar seja uma atividade prazerosa por parte dos municípios, também corrobora a ideia de que o importante é o desenvolvimento do aluno, e não a recuperação de um conceito ou nota.

Dessa forma, os resultados obtidos nas avaliações em larga escala – nesse caso, na Prova Brasil, que integra o cálculo do IDEB – pelos municípios são decorrências de um trabalho articulado e comprometido com a educação, que prioriza o desenvolvimento das potencialidades cognitivas dos alunos, influenciando, conseqüentemente, na performance dos municípios em avaliações de larga escala.

## 7. Referências

AMARAL, Daniele Kohmoto. **Histórias de (re)provação escolar: vinte e cinco anos depois.** 2010. 170 p. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRASIL. Leis e decretos. **Lei n.º 5.692.** Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. D.O.U., 11 ago. 1971.

BRASÍLIA, Câmara dos Deputados. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº. 9.394,** de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Coordenação Edições Câmara, 2010

CALDAS, Roseli Fernandes Lins. **Recuperação escolar: discurso oficial e cotidiano educacional – um estudo a partir da Psicologia Escolar.** São Paulo, 2010. 264 f. Tese (doutorado) Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARVALHO, Marília Pinto de. **O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça.** Cadernos Pagu. 2004: pp.247-290.

DEPRESBITERIS, Lea. **Avaliação da aprendizagem: revendo conceitos e posições.** In: Avaliação do Rendimento Escolar/ Clarilza Prado de Souza (org.). – Campinas, SP: Papyrus, 1991. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 17ª edição, 2010.

NÓRCIA, Márcia Josefina. **A Recuperação no Processo de Ensino – Aprendizagem: Legislação e Discurso de Professores.** Dissertação (mestrado). São Paulo 2008, s.n. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PEREIRA, Hoffman Fábio: **Encaminhamentos à recuperação paralela: um olhar de gênero**. São Paulo, 2008. 109 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2008.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **A prática avaliativa na escola de Ensino Fundamental**. In: Avaliação do Rendimento Escolar/ Clarilza Prado de Souza (org.). – Campinas, SP: Papyrus, 1991. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 17ª edição, 2010.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. **Avaliação da aprendizagem na legislação nacional: dos anos 1930 aos dias atuais**. 2009

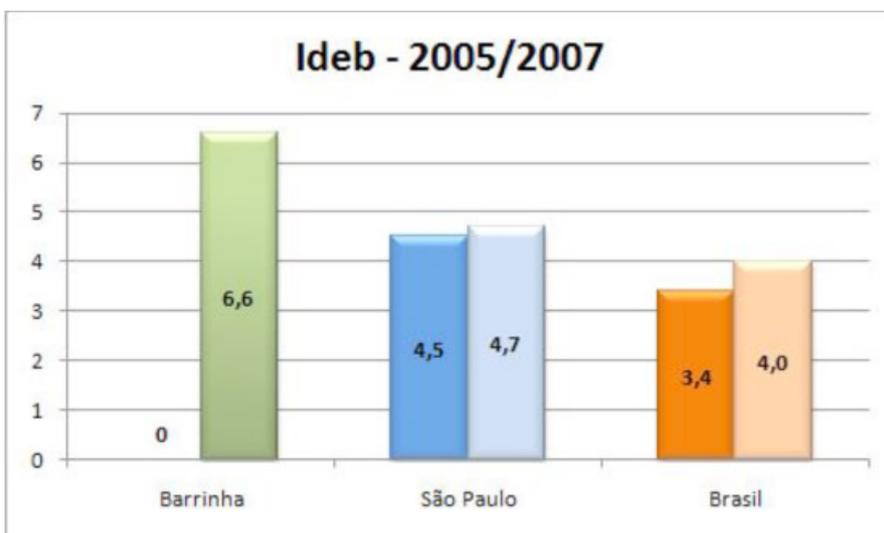
## Anexo

### Idebs municipais

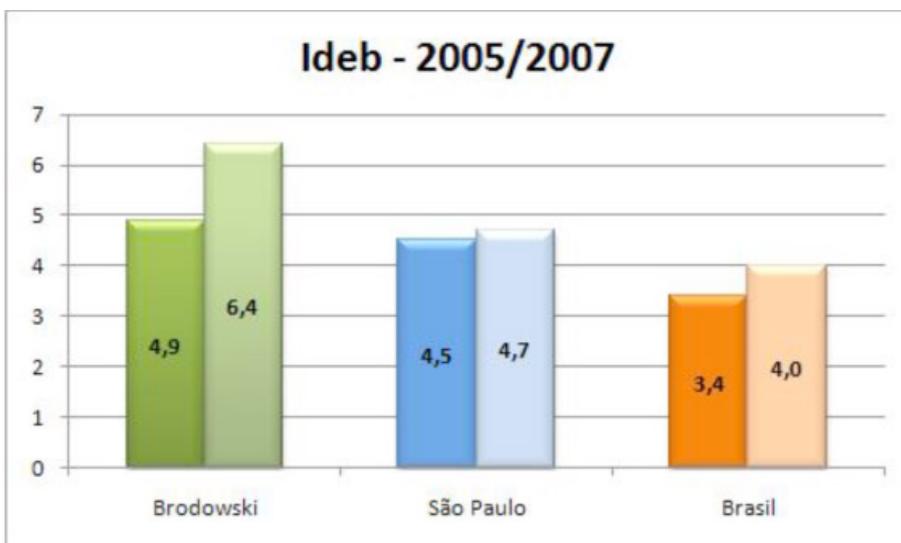
Neste item serão expostos os resultados obtidos pelos municípios pesquisados neste estudo no Ideb – índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nos anos de 2005 e 2007. As tabelas mostram o resultado de cada município, fazendo uma comparação em com os resultados obtidos pelo estado e pelo país, no mesmo período.

Entendemos que a necessidade de se expor tais resultados deve-se ao fato de termos explicitado, noutra parte deste projeto, que uma das justificativas para a escolha dos municípios constantes deste estudo era, justamente, pertencer a um grupo de municípios que apresentou um resultado alto no Ideb. Assim, seguem abaixo os resultados obtidos pelos municípios estudados pelo presente trabalho.

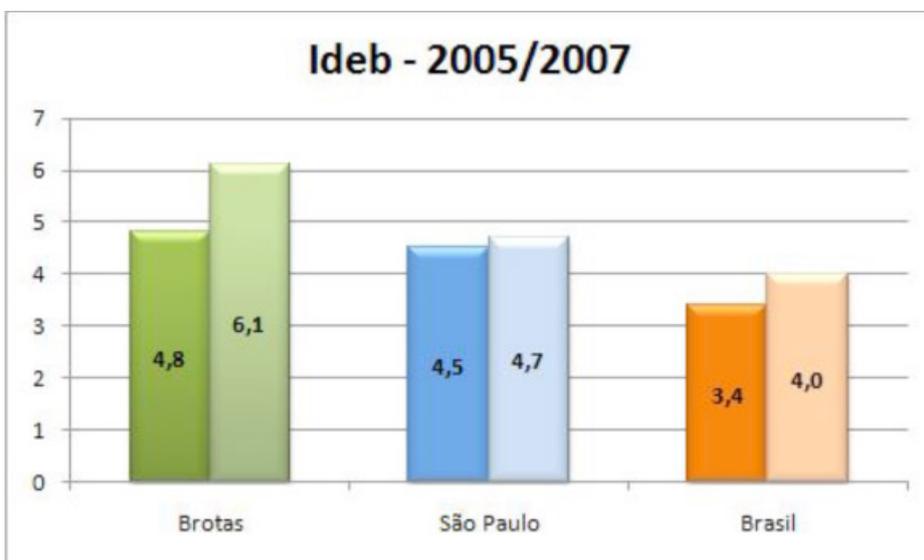
#### Município: Barrinha



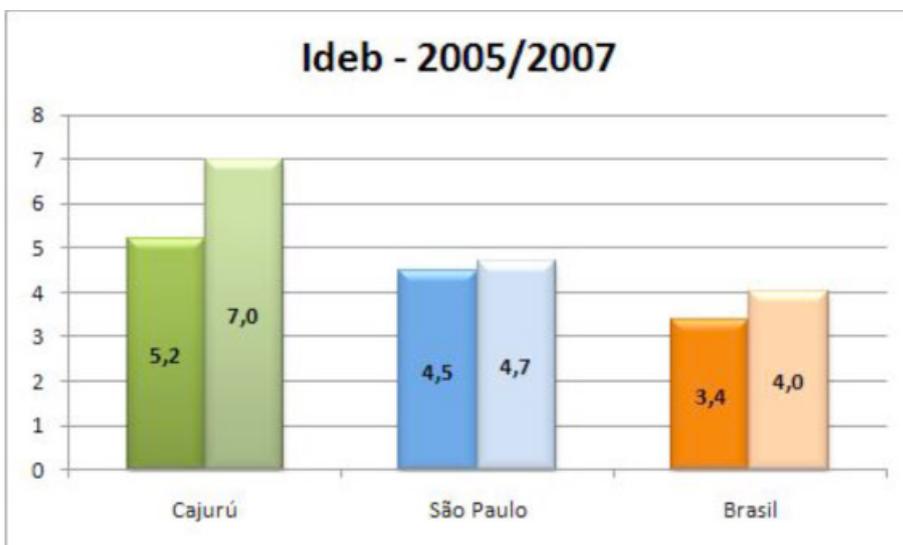
**Município: Brodowski**



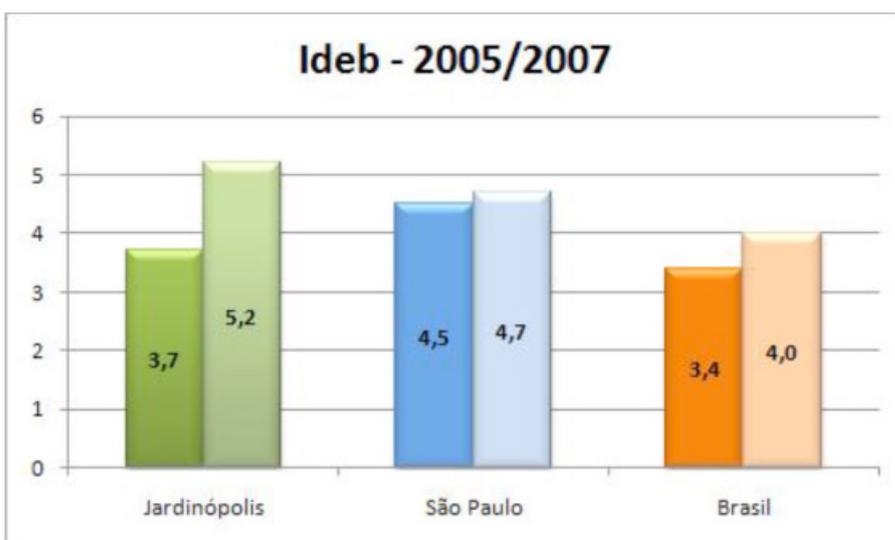
**Município: Brotas**



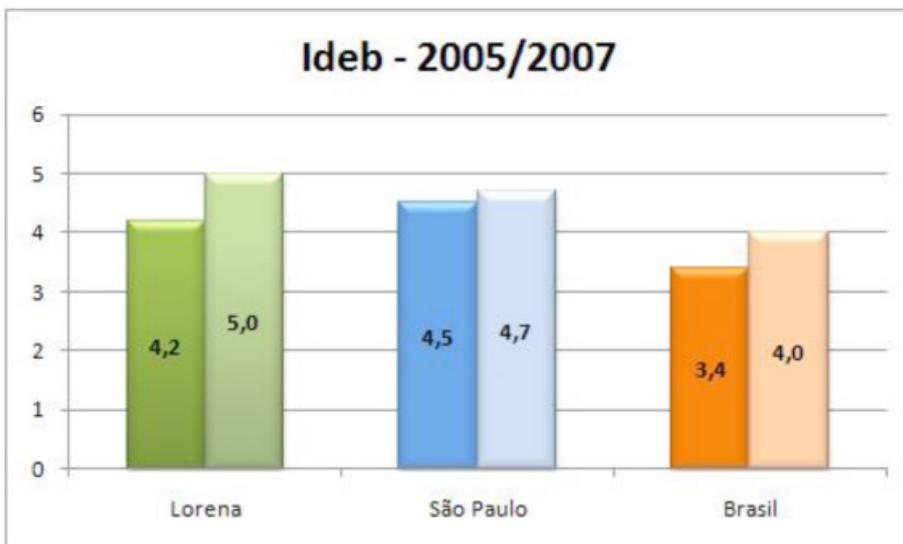
**Município: Cajuru**



**Município: Jardinópolis**



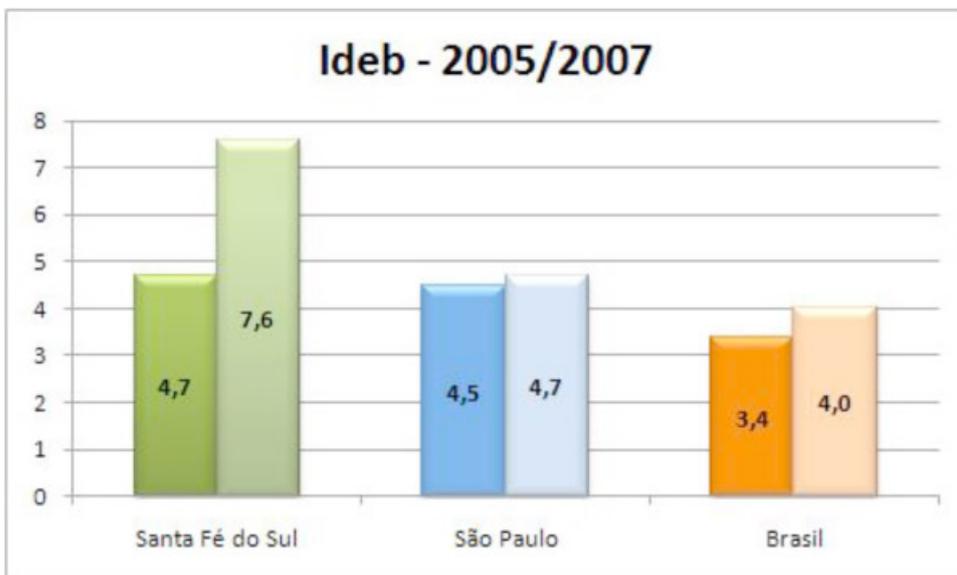
**Município: Lorena**



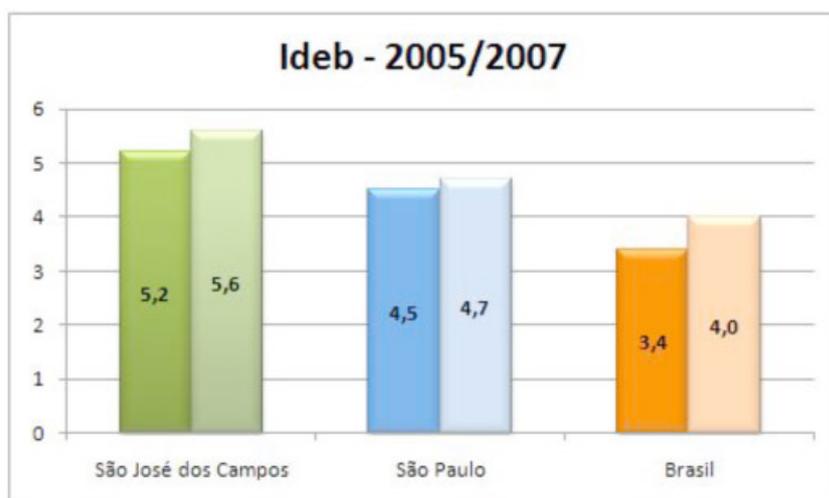
**Município: Marília**



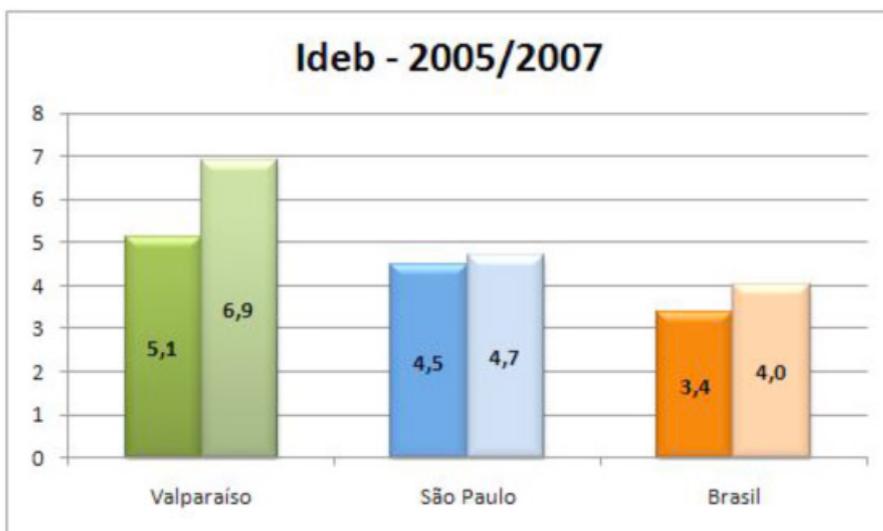
**Município: Santa Fé do Sul**



**Município: São José dos Campos**



## Município: Valparaíso



## **Atividades Paralelas**

### Atividades de Pesquisa

Bolsista do **Projeto Ideb: Estudo exploratório de Fatores Explicativos**, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010, ao qual o estudo deste relatório está vinculado.

Bolsista de iniciação científica do **Projeto Leis Orgânicas**, em desenvolvimento pela Fundação Carlos Chagas, 2011, sem vínculo empregatício.

### Trabalhos

**Projeto: Bons Resultados no Ideb: Estudo Exploratório de Fatores Explicativos – Políticas de Educação no município de Barrinha**, aprovado e apresentado no 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação da Anpae, realizado dos dias 26 a 30 de abril de 2011.